



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	27.DEZ.1979
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Das eleições intercalares ao próximo Outono — | P.P

Passados os dias imediatamente posteriores às eleições intercalares, arrefecidas algumas emoções resultantes de números «inexplicáveis» ou de concludentes desilusões, julga-se importante, e sobretudo útil, uma reflexão ponderada assente num esforço de buscar caminhos que possam iluminar uma atitude colectiva positiva para o Outono de 1980. É este o nosso propósito.

1. A perda da maioria numérica por parte das forças de esquerda na AR resulta da deslocação para a área da AD da pequena burguesia urbana (assalariada ou proprietária) em círculos eleitorais que, como os de Lisboa, Faro e Setúbal, são fortemente determinados pelo «peso» político-social daqueles sectores da população. E nestes círculos e nos sectores sociais referidos que a AD ganha a maioria parlamentar. Que razões explicam esta deslocação do eleitorado do PS para a AD?

É quase um lugar comum afirmar-se o carácter politicamente oscilante da pequena burguesia (quadros, funcionários, empregados, pequenos comerciantes, etc, carácter que se exprime seja por tentar «seguir» a área política que presente mais forte e em ascensão seja pela necessidade de encontrar segurança, estabilidade

ou protecção. Em 75 e 76 as «forças de esquerda» nestes sectores sociais tendiam claramente a ser satisfeitas pelo Partido Socialista que não constituiu já, nas últimas eleições, a «garantia» que anteriormente tinham representado para estes sectores.

Na verdade, as forças de esquerda para além de sofrerem acusações sem número por parte da maioria da Imprensa no que respeita à sua incompetência governamental e à sua passagem pelo poder não ofereceram ao eleitorado uma alternativa de governo cuja clareza e consistência pudesse ter, pelo menos, o mesmo grau da prometida pela AD.

Quem votava PS, APU ou UDP votava em diferentes formas de resistência ao avanço da direita, votava defensivamente em relação ao sector (ou a um dos sectores) que detinha a iniciativa política. Todavia quem votou naquelas formações políticas, votando na manutenção do **status quo** das forças de esquerda, não votava numa alternativa de governo porque sabia da impossibilidade de qualquer tipo de entendimento ou plataforma que pudesse compelir, como entendimento ou plataforma, com as componentes políticas aglomeradas na AD.

Os sectores sociais que per-

... e cuidar o FÉRSARO OLIVEIRA

mitiram a maioria parlamentar à AD foram conquistados por quem soube, e pôde, oferecer-lhe segurança, estabilidade e protecção, isto é por quem lhe proporcionou uma alternativa de governo dotada, ainda que aparentemente, de um mínimo de credibilidade e coesão. O voto útil nas forças democráticas e de esquerda apenas funcionou como factor de resistência e não como um instrumento ao serviço de uma alternativa à AD. A esquerda portuguesa (e aqui a possibilidade de repetições trágicas do passado) não soube dar resposta eficaz às preocupações das pequenas burguesias urbanas que, permeáveis à ideologia e à confusão programática da direita, constituíram presa fácil à AD.

E, apesar do não-entendimento ou da impossibilidade de uma plataforma post-eleitoral tal como foi proposta pela UEDS, as forças de esquerda poderiam ter dado aos sectores da pequena burguesia urbana uma resposta que, mesmo parcial, impedisse a sua deslocação para a área da AD. Referimo-nos ao apoio que as forças de esquerda, nomeadamente o PS e o PCP, deveriam dar, numa perspectiva post-elei-

toral, a um Governo Pintasilgo remodelado como alternativa à impossibilidade de entendimento entre elas próprias. Tal posição permitiria oferecer ao eleitorado uma alternativa credível de governo e beneficiar, simultaneamente, do prestígio granjeado pela eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo.

2. Não cuidamos, agora, de analisar quais serão os pontos de clivagem previsíveis no interior do governo AD ou que contradições insuperáveis surgirão entre o novo governo, a globalidade da sociedade e o conjunto, dificilmente harmonizável entre si, dos compromissos eleitorais assumidos pela AD. A perspectiva em que nos tentamos colocar tem como horizonte as legislativas de 80 «iluminadas» pela experiência destas intercalares.

Os resultados destas eleições intercalares (e escrevemos antes de 16 de Dezembro) mostram que o PS perdeu eleitorado à sua direita e à sua esquerda e que os fracos resultados obtidos pela UEDS reforçam a derrota sofrida pelo conjunto da área do socialismo democrático em favor de sectores onde não assestará qualquer alternativa institucional

Continua na pág. 4



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	27.DEZ.1979
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

Das eleições intercalares ao próximo Outono

Continuação da pág. 3

eficaz e credível às forças de direita. A lógica do voto útil (ou inútil?) impediu que a UEDS pudesse recolher as perdas do PS para a esquerda e o crescimento eleitoral do PCP/APU e da UDP dever-se-á, em boa parte, a tal impossibilidade. Manteve-se, assim e por aquela via, inalterada, qualitativamente, a inter-relação das forças de esquerda e, se o crescimento eleitoral da UDP e do PCP/APU deverá ser considerado social e politicamente significativo, a verdade é que de tal crescimento não surgirá uma perspectiva que conduza, no próximo Outono, a uma inversão dos resultados verificados a 2 de Dezembro. A progressiva redução do peso político-eleitoral da área do socialismo democrático, considerada as suas diversas componentes, não virá solucionar nenhum problema institucional: nem a direita portuguesa é minimamente comparável, por exemplo à Democracia Cristã italiana (I) nem o PCP é o PCI para poder liderar, no plano institucional-governamental, a esquerda portuguesa.

Os riscos da progressiva «italianização» da situação portuguesa — formação de dois grandes blocos à direita e à esquerda — à custa do desaparecimento da cena política e da redução do peso de sectores que têm como referências a democracia socia-

lista autogestionária (UEDS) ou a social-democracia e as correntes moderadas do socialismo democrático (ASDI e PS), são evidentes. **Se se concretize tal italianização a direita no poder por largos anos.**

A «italianização» ou a bipolarização direita/PCP assumirá, em Portugal, expressões qualitativamente diversas da experiência italiana do post-guerra não apenas devidas às diferenças estruturais entre as duas sociedades mas também devidas ao facto de a direita ascender ao poder após uma experiência de rupturas revolucionárias razoavelmente profunda o que lhe poderá determinar, sobretudo a partir das próximas eleições, a necessidade de consolidar (mais ou menos violentamente) posições.

A concretização de uma tal perspectiva acabaria por permitir a estabilidade da direita no poder. Não se tratará, pois de negar a existência de um confronto bipolarizador entre pró e contra a Constituição da República, entre a consolidação das conquistas de Abril e a plena restauração do regime capitalista-autoritário, entre o futuro e o regresso ao passado. Esta bipolarização existe na realidade social e cultural do país, tentar evitá-la por medidas de conciliação com aquilo que é inconciliável entre si

é permanecer numa «prática de avestruz». Permitir, no entanto, que esta bipolarização tenha como seus únicos protagonistas a AD e o PCP/APU é o estratégico grave que só aproveita à AD e perspectiva que afastará, cada vez mais, das forças de esquerda os sectores politicamente oscilantes que agora deram a maioria parlamentar à direita.

Para que a bipolarização adquira um sentido positivo as suas balizas terão de ser no plano político as que limitam as forças democráticas das forças não-democráticas, as de uma esquerda que terá de saber aglutinar as correntes sociais-democratas de direita (p.ex. ASDI/MSD) e as de uma direita sem quaisquer «pinturas» centristas. No plano social a bipolarização positiva de que falamos terá de saber impedir a deslocação de novos sectores da pequena burguesia para a direita ao mesmo tempo que terá de saber, também, reconquistar os sectores agora perdidos para a AD. Esta bipolarização positiva, de natu-

reza político-social terá de ser assumida estrategicamente pelas forças da esquerda portuguesa pois só nesta perspectiva poderá ser consolidado o 25 de Abril. Todavia, esta bipolarização positiva de sentido estratégico exige uma natureza pluri-dimensional no interior das forças da esquerda portuguesa. Será assim não a bipolarização partidária reclamada pela direita mas uma via estratégica de reformulação global da esquerda e do seu modo social de agir na sociedade alternativa de poder. Em tudo isto tem o PS, ainda uma importante palavra.

1) As origens históricas da DC italiana e da direita portuguesa bem diferentes: a DC italiana vem da luta antifascista, dos «maquis» de «partigiani» em oposição à extrema direita e como «luta» prática de diálogo com a esquerda; a direita portuguesa vem de dissidentes do fascismo e dos seus esforços de adaptação à nova situação decorrente do 25 de Abril.